

Francisco Dias
Davara
[Signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 2

Aos doze dias do mês de Fevereiro de mil novecentos e noventa, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na primeira reunião da sessão ordinária de Fevereiro sob a Presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais João Ferreira dos Santos e Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos e com a presença dos Vogais, Manuel Simões Madail, Fernando Augusto de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Manuel Branco Pontes, Élio Manuel Delgado da Maia, José Mendes Macedo Loureiro, Joaquim dos Santos Abreu, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Rogério da Silva Leitão, Manuel Pereira Cabral Monteiro, José Luís Rebocho de Albuquerque Christo, José Alberto Martins de Carvalho, Victor Manuel Barradas de Carvalho Sequeira, Fernando Santos Silva, Victor Manuel Cepeda Mangerão, Olinto da Cruz Ravara, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Rogério Mário Madail da Silva, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, António Ferreira da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Celso de Sousa Figueiredo Gomes, Custódio das Neves Lopes Ramos, António Óscar Moreira Paulo, Elias de Oliveira Vieira, João Ferreira da Peixinha e Ester da Conceição Rocha Martins.

Pelas 21,00 Horas, o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as fal-

Alvin Day
2.
CS

tas dadas pelos Vogais Manuel Rodrigues Simões, Libério da Silva Santos, Jorge Manuel do Nascimento, Paulo Alexandre de Medeiros Teixeira Santos, Gilberto Parca Madail e João Manuel Caniço de Seíça Neves.

Seguidamente o Presidente da Mesa, deu conhecimento à Assembleia de que o normal das sessões desta Assembleia apesar da hora previamente marcada na Convocatória, acontece terem o seu início a uma hora indeterminada, dado que do ponto de vista legal só é possível o seu funcionamento quando estiverem presentes os deputados municipais em número suficiente para que haja "quorum". Acontece porém frequentemente que à hora marcada para o início da reunião não estão presentes os membros suficientes para que funcione o "quorum", resultando desta maneira um atraso em relação à hora previamente marcada.

Prosseguindo a sua intervenção congratulou-se com o facto de hoje às 21,18 Horas, estarem reunidas as condições para que legalmente a Assembleia possa funcionar. Informou ainda que às 24,00 Horas, mais minuto menos minuto é a hora a que normalmente se entende encerrar os trabalhos.

Imediatamente a seguir o Presidente da Mesa submeteu a aprovação da Assembleia Municipal a Acta Nº 1.

Aberto o período de discussão usou da palavra o Vogal Custódio Ramos, para discordar do teor da mesma, considerando que a sua elaboração não está em conformidade com o que se passou nesta Assembleia, sugerindo a sua rectificação. Concretamente entende que devem ser mencionadas as propostas de candidatura, bem como o nº3 do Artº 32º do Dec. Lei 100/84, que por lapso tinha sido mal indicado e que após esta rectificação seja de novo distribuída por todos os membros da Assembleia, tendo em vista a sua reapreciação numa futura reunião e a sua eventual aprovação.

Tomando a palavra o Presidente, esclareceu que após consulta à Mesa, esta não viu qualquer impedimento que a mesma seja rectificada e complementada de acordo com a sugestão dada, baixando novamente para apreciação e votação numa próxima reunião da Assembleia.

Seguidamente o Presidente informou que se seguiria o período de antes da ordem do dia de acordo com o Re-

gimento desta Assembleia Municipal.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Usou da palavra o Vogal Ferreira da Silva, que começou por desejar que estas Assembleias decorram melhor que no anterior mandato. Referindo-se seguidamente à marcação do dia das reuniões, considerou ser um assunto polémico, dado que é difícil encontrar-se consenso relativamente a um dia que possa servir o interesse de todos os membros desta Assembleia. No entanto disse parecer-lhe que esta começa mal com a marcação de uma sessão para uma segunda-feira. Considerou também que a Assembleia deverá pronunciar-se já, no sentido de se acordar um dia para a realização de futuras reuniões. Abordando seguidamente questões de âmbito regimental desta Assembleia e concretamente no que se refere ao início dos trabalhos, considera que será bom que na elaboração do novo Regimento, ficasse estabelecido e para cumprir que quem chegar 30 minutos atrasado, seja considerado faltoso. Prosseguindo focou um aspecto que se prende com o envio de documentação a todos os membros desta Assembleia, pois entende que esta deve ser distribuída atempadamente e não no dia da própria reunião como até aqui muitas vezes tem acontecido, originando interrupções da reunião a decorrer, para apressadamente se porem os deputados a par das várias deliberações e pareceres. A finalizar, solicitou que seja instalada na sala de reuniões um maior número de microfones, obstando-se assim ao inconveniente de ter que se estar constantemente a solicitar ao colega do lado para que lhe chegue o referido aparelho.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Cruz Tavares, que começou por inquirir o Executivo Camarário, primeiramente àcerca de problemas respeitantes à cidade de Aveiro e em segundo lugar para abordar uma questão mais geral e que se relaciona com legislação saída recentemente, a qual implica deter-

Thursday
4
a

minados procedimentos na Secção de Obras da Câmara Municipal de Aveiro.

Relativamente à cidade, referiu que durante a campanha eleitoral para as autárquicas, o Partido do qual fez parte integrante de uma lista de candidatura, acentuou muito embora num aspecto um pouco abstracto o problema do respeito pela cidade, propondo-se debater nesta Assembleia aquilo que consideram serem casos pontuais de falta de respeito pela cidade e pelos Aveirenses. Começando por um desses casos que porventura não será o mais importante, mas que considera ser um dos muitos que o seu Partido aponta na cidade, e que são resultantes do procedimento desta Câmara - refere-se concretamente aos pontões para peões que atravessam a Ria de Aveiro. Considera que esses pontões como é evidente dão muito jeito aos peões e têm uma intensa utilização diária, não restando dúvidas que ninguém está contra o aspecto funcional dos mesmos; no entanto disse presumir que toda a gente concorda que os pontões são inestéticos, dando à cidade um aspecto permanente de um estaleiro de obras. Trata-se de pontões metálicos com perfis nus, que não estão de modo nenhum de acordo com a dignidade da nossa Ria. Disse pensar que os mesmos tenham sido colocados a título provisório, é um facto que foram aceites por todos, mas entende não ser isso suficiente para se eternizar uns pontões com aquele aspecto; apelando ao Executivo para que pense rapidamente em substituí-los por outro tipo de obra de arte que esteja de acordo com a dignidade que a Ria e a cidade de Aveiro merecem.

O segundo aspecto da sua intervenção prende-se com a legislação recentemente publicada e que contempla o novo regime de renovação de licenças de obras - Decreto-Lei 19/90. De acordo com aquele Vogal, trata-se de um decreto que tem várias implicações não só na Câmara de Aveiro, como a nível de Câmaras do País. No seu introito é invocada a audição da Associação Nacional de Municípios Portugueses, aquando da elaboração do referido decreto, perguntando aquele Vogal, qual a posição da Câmara de Aveiro relativamente à matéria constante do decreto.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Armando Vieira para fazer um apelo ao Vereador responsável pelo pelouro de Obras, no sentido de que sejam envidados esforços tendentes a obstar que a reconstrução de um prédio no gaveto do Largo da Apresentação se faça pelo alinhamento primitivo só com o intuito de aproveitar a fachada existente. Disse também haver um certo des-

Alcides
Day 5.

contentamento nos residentes daquela zona pelo facto de a Câmara ter imposto aquela solução ao empreiteiro, quando este estaria na disposição de recuar se lhe fosse dada a contrapartida de poder construir mais um andar. Lamentou que o anterior Vereador do pelouro não se tenha interessado pelo problema e manifestou o desejo de que o actual Vereador responsável por esta área se interesse pelo assunto e que colha opiniões avalizadas sobre a matéria, que não só as dos Técnicos do G.T.L., tendo em vista encontrar-se uma solução capaz para o problema.

A finalizar manifestou o desejo de que sejam colocados o mais rapidamente possível na Avenida Peixinho, parágrafos de estacionamento, pois entende que estes aparelhos iriam minorar o problema do estacionamento para aquelas pessoas que necessitam de um espaço de estacionamento por um curto lapso de tempo.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Vitor Mangerão, que começou por tecer críticas à Mesa da Assembleia, dado considerar ter tardado muito a convocatória para esta sessão. Entende este Vogal, que após a sessão extraordinária da tomada de posse dos membros da Assembleia Municipal, não se deveria ter esperado tanto tempo para marcar uma reunião de trabalhos. Considerou ainda que relativamente ao ponto agendado sobre o Regimento ou eventual alteração ao Regimento, que o mesmo poderia neste momento estar já dinamizado e até substanciado num projecto concreto e possivelmente consensual, se houvesse uma antecipação na marcação de uma reunião normal de trabalhos. Manifestando seguidamente o desejo de que futuramente não se verificasse um tão grande lapso de tempo, nem se calendarizassem as coisas por critérios que não fossem os critérios funcionais.

De seguida enalteceu acontecimentos que reputa de relevantes para o concelho e particularmente para a cidade, senão até para a Região - referindo-se concretamente ao finalmente conseguido acto de adjudicação das obras para a construção do Centro de Formação Profissional. Considera que o Instituto de Formação Profissional e tudo o que este Instituto trará consigo é uma obra de primeiro plano, uma obra extremamente relevante para a nossa Região e além disso tem até um carácter político muito importante e que convirá também realçar. Considera tratar-se de um exemplo que substancia a colaboração possível entre o

Município e a Administração Central, na medida em que o Município por si só nunca conseguiria um aproveitamento digno e funcional daquelas enormes instalações que são a "Fábrica Jerónimo Pereira Campos", a Administração Central por sua vez também não quereria e não poderia se calhar utilizá-las da melhor maneira para as populações locais. Da colaboração nascida entre estas instituições, disse pensar que todos tiveram a lucrar, pois entende que a mesma é desejável e formulou votos de que frutifique relativamente a outros empreendimentos.

Referindo-se seguidamente à inauguração efectuada à "Casa do Artesão", louvou a existência desta obra em Aveiro, dado tratar-se de um espaço aberto às actividades dos artesãos locais. Disse também tratar-se de um espaço com muita dignidade e que irá por certo corresponder às necessidades para que foi criado.

Prosseguindo referiu-se à polémica gerada em torno dos azulejos colocados na fachada do edifício onde está instalada a "Casa dos Artesãos" e ao facto de estes serem os mais apropriados ou não. Considerando que tal tipo de polémica faz acreditar aquele Vogal, que há "pequenas areias constantemente metidas nos processos por mais banais que sejam". É um aspecto que reputa de desprestigiante e lembrou a propósito a "questão da estátua de Santa Joana". Disse não ir polemizar sobre o assunto nem emitir a sua opinião pessoal, dado que poderia ser mal interpretado ou poderia ainda ferir os pruridos de alguém, também não discutiria a questão em termos estéticos, embora também tenha uma opinião sobre isso, mas considera que há pelo menos um ponto que não pode deixar em claro, é que segundo aquele Vogal a Câmara Municipal, e presume que foi na semana anterior aos jornais terem publicado o parecer desfavorável do Instituto do Património relativamente à implantação da Estátua, a mesma imprensa divulgava que o Estado seria possivelmente o construtor clandestino de primeiro plano no concelho de Aveiro e isto porque tem obras que não foram autorizadas Camarariamente, nomeadamente no Hospital de Aveiro e Universidade. Acontece porém, que logo na semana seguinte foi a Câmara Municipal apontada por não seguir a tramitação legal apropriada para a implantação de uma estátua. Prosseguindo referiu que para além de outras coisas que se poderiam comentar acerca da mesma, uma há que lhe ficou "atravessada" -

Alim Day 7.

o facto de ter sido inaugurada no domingo anterior às eleições autárquicas e por acaso só posteriormente reparou que a data inscrita na referida estátua reporta-se a 1990, quando e segundo aquele Vogal o correcto seria a data de 1989 ou então esperar-se por 1990. A terminar disse tratar-se de uma estátua que possivelmente ainda irá dar muito que falar, mas vem isto a propósito das "pequenas areias", dos processos da Câmara que às vezes desnecessariamente surgem a criar especulações, entendendo que a Câmara e a Assembleia Municipal têm que dialogar coisas mais importantes.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Custódio Ramos, para suscitar questões relacionadas com a zona circundante do Conservatório Calouste Gulbenkian. O referido edifício engloba um espaço circundante no qual estava instalado vários equipamentos que a Fundação Calouste Gulbenkian doou ao Município de Aveiro. Acontece porém que quem passa agora junto a esse edifício depara com um grande Parque de estacionamento para automóveis. Lamenta que isto aconteça e que a Câmara Municipal se esteja a aproveitar do espaço doado pela Fundação Gulbenkian, para transformar o local num parque de estacionamento. Criticou fortemente este aspecto, dado que considera que cerceando o referido espaço está-se a comprometer definitivamente eventuais desejos de evolução daquele estabelecimento numa escola de nível superior e ainda com a agravante de no referido edifício funcionar também uma escola pública ao nível do pré-primário e que implica disponibilidades de espaço onde as crianças possam brincar livremente.

A terminar e no âmbito da adjudicação do Centro de Formação Profissional, congratulou-se também com o facto, dado que o mesmo denota sem dúvida uma boa colaboração entre o Poder Local e o Poder Central, fazendo questão em distinguir que quando se diz Poder Central é Bloco Central, dado que referiu que toda a génese deste projecto que culminou agora na assinatura do contrato não se deve ao actual governo.

Neste momento entrou na sala o Vogal José Carlos da Silva Neves.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal José Luís Christo para se reportar à questão suscitada pela estátua de "Santa Joana". Invocando para tanto o decreto-Lei 100/84 de 29 de Março, que é a actual lei que rege as Autarquias Locais, a qual refere a determinado passo que com esta lei se pretendeu o reforço do

Poder Local, verdadeiramente autónomo e forte. Prosseguindo referiu que a existência de um Poder Local, verdadeiramente autónomo e forte não se opõe à existência de certas situações em que as Câmaras Municipais, para poderem realizar certo tipo de obras, devam obter pareceres ou sujeitar-se mesmo a pareceres de entidades governamentais. Saliendo que, vem isto a propósito, do problema da estátua de "Santa Joana", considerando que apesar da evolução democrática e, das opiniões de todos os partidos políticos de que pretendem que o Poder Autárquico que hoje é eleito, (já não é nomeado) venha a ser reforçado e a acentuar uma maior autonomia, face à tutela de vários Organismos, onde funcionários, por muito cultos que sejam, por muito estudiosos que sejam, acabam por dar pareceres normalmente negativos àquilo que a nível local se pretende realizar e, muitas vezes desconhecendo até, aquilo que se pretende fazer face à realidade local. Disse no entanto, que não significa, que isto se tenha passado relativamente ao caso de "Santa Joana", mas a serem verdadeiras as opiniões que o Instituto do Património Cultural terá manifestado e que vieram publicadas nos jornais, não pode de maneira nenhuma concordar com as mesmas, dado que é natural de Aveiro, conhece perfeitamente o local e por tal razão não concorda com os fundamentos do eventual parecer negativo produzido. Saliendo também que isto não desculpa a Câmara de que, enquanto a lei estiver em vigor não deva de obedecer a ela.

Abordando seguidamente a problemática da demolição e reconstrução de um edifício no Largo da Apresentação e que tem a ver com os pareceres emitidos por Técnicos da Câmara Municipal no que se refere às condicionantes a que deve obedecer o licenciamento de determinadas obras, pondo em causa o seu carácter imperativo. Entende este Vogal que os responsáveis pelos despachos numa Câmara Municipal, são a Câmara no seu colectivo ou um Vereador no qual o colectivo tenha delegado poderes. Isto para dizer que os pareceres dos Técnicos não são imperativos. E se o G.T.L., por muito competentes que sejam os seus elementos, impõem que no referido Largo da Apresentação o edifício agora demolido venha a alinhar pela fachada existente e a aproveitar, considera que a Câmara não tem necessariamente que seguir esse parecer, pois entende que há outras soluções, outras ideias, não detendo de modo nenhum o referido Gabinete o suprasumo da estética na cidade de Aveiro, nem da defesa do ambiente histórico-antigo da Beira-Mar. Concluindo que a Câmara Municipal, essa sim, é a responsável.

Alvaro
Ram 9.

Prosseguindo referiu-se à legislação recentemente publicada sobre o regime do licenciamento de obras e da qual discorda também, aguardando um esclarecimento da Câmara quanto à sua posição na matéria.

Relativamente aos Pontões existentes nos Canais da Ria de Aveiro e dirigindo-se ao deputado que suscitou o problema, disse que o mesmo sabe, bem como todos deveriam saber que infelizmente em Aveiro existem várias administrações sobrepostas relacionadas com a Ria, com os Canais e com as margens da Ria; quer se trate de domínio público marítimo, quer de zonas que não sendo do domínio público marítimo são influenciadas por esse domínio público marítimo. A lei actualmente em vigor, disse presumir ser de 1961, e recentemente o diário da República, trazia a notícia de que tinha sido dada uma autorização legislativa para que o Governo legisse de novo sobre matéria do domínio público marítimo. Seguidamente fez um apelo a todos os membros da Assembleia e aos partidos políticos que a compõem que alertem os deputados da Assembleia da República, no sentido de não permitirem que a lei nova que vai sair, seja a repetição das asneiras históricas que hoje não se justificam, dado que o Poder Autárquico hoje é democrático, de continuarem a existir Órgãos com poderes políticos, financeiros e administrativos e que não são democraticamente eleitos, cujos poderes são altamente perniciosos para o desenvolvimento correcto de cidades ou de Regiões como a de Aveiro.

Efectivamente tem-se aqueles pontões, não porque a Câmara os queira ter, tem-se aqueles pontões porque só aqueles foram autorizados à Câmara. Aveiro não tem também os canais que deveria ter, não porque a Câmara não queira, mas porque há outras entidades que não deixam que a Câmara tenha os canais como gostaria de ter.

Em suma o problema político de saber como é que no futuro a administração do domínio público marítimo ou de grandes parcelas do domínio público marítimo deverá ser feita, é um problema político que disse interessar-lhe bastante e fez votos para que a lei que venha a ser publicada sobre esta matéria, dê mais poderes às autarquias, e isto para que em certo tipo de zonas que nada têm que ver com a administração portuária, as Câmaras Municipais, possam fazer aquilo que democraticamente for determinado que se faça.

A finalizar e abordando uma questão da política Internacional, "na qualidade de cidadão do Mundo", referiu o se-

Albino Dias 10
lis

guinte: - no intervalo entre a cessação de funções da anterior Assembleia e a que agora está em funções, deram-se dois factos que reputou de importantíssimos e que disse não poder deixar de os sublinhar como cidadão do Mundo - um deles refere-se ao desenvolvimento de um movimento a que se dá o nome de "Perestroyka", e que motivou a queda do muro de Berlim, facto este que disse tê-lo emocionado bastante como cidadão do Mundo.

Prosseguindo fez alusão a outro acontecimento que que também o emocionou grandemente e que se prende com a libertação de Nelson Mandela, sublinhando aqui também o seu regozijo como cidadão do Mundo, pela libertação de Mandela e pelas prespectivas que o facto poderá vir a ter no futuro, pois considera que trará reflexos positivos para a democratização e humanização dos Governos Africanos.

Como cidadão de Aveiro e porque está ligado a um sector que entende importante não só no aspecto económico, cultural etc. , da Região de Aveiro, e que é o do salgado, e sendo do conhecimento público que as salinas sofreram uma vez mais os efeitos nefastos dos temporais de Dezembro, efeitos estes que são acrescidos ou potenciados em consequência das obras na barra do Porto de Aveiro, as quais têm sido realizadas sem o estudo conveniente sobre os seus efeitos negativos sobre as zonas de salinas, deu conhecimento que em nome da Cooperativa dos Salicultores, foi solicitado auxílio económico à Administração Central, no sentido de acudir à Ria de Aveiro, às zonas onde estão instaladas as salinas e às unidades de piscicultura, atingindo os montantes dos auxílios pedidos, cifras na ordem das centenas de milhares de contos, mas cuja obra de grande envergadura não poderá nunca ser feita única e exclusivamente ou com subsídios dados aos proprietários ou com linhas de crédito. Tal obra requer os esforços conjugados quer da Administração Central, Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e Junta Autónoma do Porto de Aveiro. Se não forem estes Organismos a assumirem o encargo de realizar uma obra conjuntural de defesa de todas as margens da Ria, nem a actividade ligada à Ria (ainda hoje possível), nem qualquer outra actividade, nem sequer o aspecto físico de que todos nós beneficiamos indirectamente, quer no aspecto turístico, quer no aspecto paisagístico, poderá perdurar. Como tal mais uma vez insistiu que se torna necessário suggestionar todas as Administrações, no sentido de que a obra estrutural conjunta de que a Ria de Aveiro carece se torne uma realidade.

Felício Day

A terminar criticou ainda uma afirmação do Secretário de Estado da Indústria, que considerou negativa, pois aquando da visita deste membro do Governo a duas unidades de extracção de sal gema, sediadas uma em Leiria e outra em Torres Vedras, fez a afirmação de que todas as marinhas de evaporação solar são para acabar, à excepção das de Rio Maior. Lamenta que um membro do Governo veja o problema do salgado com esta ligeireza sem ponderar devidamente os aspectos sociais e económicos das gentes ligadas ao sector.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Celso Gomes, que começou por destacar dois aspectos que já foram abordados nas intervenções anteriores: - o primeiro e sucintamente prende-se com a recente adjudicação das obras do Centro de Formação Profissional, pela importância social e política que tem para a cidade de Aveiro. Segundo é relativamente ao facto de nos devermos considerar e de nos sentirmos muito satisfeitos pelos recentes acontecimentos que têm decorrido no Mundo e que auguram um melhor relacionamento e uma maior valorização do Homem.

Outro ponto que ainda não foi abordado e que considerou importante falar nele, prende-se com o Poder Local o qual entende também dever ser autónomo e forte. Referindo que as autarquias têm órgãos, esta Assembleia é um deles, a Câmara Municipal é outro, entendendo que estes órgãos devem ser também francamente autónomos e fortes, prestigiados, presumindo que todos os seus membros comunguem destes ideais, considerando que estão todos de boa fé para darem o seu contributo no sentido de uma maior autonomia e energia destes órgãos. Contudo manifestou-se surpreendido nas suas expectativas, bem como a sua bancada. Referindo-se à agenda de trabalhos para esta reunião, considerou que não se está a começar da melhor forma, dado que o Regimento refere por exemplo que a Convocatória deve ser acompanhada dos elementos necessários que habilitem os membros da Assembleia a participar na discussão das matérias constantes da ordem de trabalhos. Saliendo que este ponto não está a ser respeitado, alertando a Câmara para o facto, considerando ainda que para se poder ter uma convivência frutuosa seria bom que a Câmara cuide de facto de preservar as competências da Câmara e não de facto desrespeitar as competências da Assembleia Municipal, pois caso contrário deparar-se-ão dificuldades na discussão dos vários assuntos, que consequente-

Thierry Dan 12

mente não-de ficar suspensos, não-de ficar atrasados e não é esse o desejo desta Assembleia, disse a terminar.

Usando novamente da palavra o Vogal Cruz Tavares, e ainda no âmbito das questões suscitadas pelos pontões metálicos que atravessam a Ria de Aveiro, disse manifestar uma certa estranheza pelo facto da pergunta que tinha dirigido ao Executivo, ter sido respondida pela bancada do C.D.S., na pessoa do Vogal José Luís Christo. Prosseguindo, disse que o problema dos pontões, que para si não são mais que "passadiços provisórios" existentes nos Canais da Ria de Aveiro e ainda ao alibi de que é a Junta Autónoma do Porto de Aveiro, que cria dificuldades, referiu que teve já oportunidade de denunciar esse complexo ao qual chamou complexo de "cerco". Relativamente ao mesmo problema disse o seguinte: - "está-se a correr o risco de transformar as Câmaras e nomeadamente a nossa Câmara, num campanáriozinho. Nós se estamos a coordenar com seis ou sete instituições - Junta Autónoma do Porto de Aveiro, Junta Autónoma de Estradas, Direcção de Agricultura etc. etc, não podemos usá-las como alibis das nossas incapacidades. Porque se elas podem funcionar como travão, também podem funcionar como aceleradores, é apenas uma questão de mudança de mentalidade e termos todos a humildade de reconhecer que trabalhando todos em conjunto, fazem mais coisas, conseguem mais coisas do que um contra seis, que é o que tem acontecido no passado. É isto a que eu chamo o complexo de "cerco" e não aceito que se possam trazer sete ou oito pontões provisórios, que são vergonhosos para a cidade e não dizem minimamente nada com a arquitectura da cidade e com a Ria. Não quero uma Ponte de S. João (até talvez fosse possível), agora pontões daqueles acho que não, e muito menos com as desculpas que o Snr. deputado deu".

Seguidamente usou da palavra o Vogal Nuno Tavares, para de algum modo complementar a intervenção do Vogal José Luís Christo, referindo que quando invocou acontecimentos verificados há pouco tempo no Mundo e a sua qualidade de cidadão do Mundo, disse temer pelo tom da intervenção deste Vogal que o mesmo esteja a entrar demais no Mundo e a fugir demais do país de origem. Prosseguindo, disse não se referir à queda do muro de Berlim, porque aí estamos todos de inteiro acordo naturalmente! também nem tanto à libertação de Nelson Mandela, ontem verificada, dado que isso depende da sensibilidade e da posição de cada um e do conhecimento que cada um tenha relativamente à realidade Sul Africana. Disse ter estado há relativamente pouco tem-

po na África do Sul, integrado numa comitiva de sessenta pessoas, devidamente qualificadas, tendo a oportunidade de visitar várias cidades Sul Africanas, nas quais pôde constatar "in loco", que a realidade Sul Africana não tem nada ou tem muito pouco a ver com o retrato que quase dia a dia nos é dado observar através da Comunicação Social (R.T.P.). Lamenta que tenha passado despercebido ao Snr. Deputado José Luís Christo, não como cidadão do Mundo, mas fundamentalmente como cidadão Português, que é a realidade que mais nos toca de perto; "não à queda do muro de Berlim, não à libertação do Snr. Nelson Mandela, mas sim à visita a Portugal do Presidente da U.N.I.T.A., Jonas Savimbi". Considerou estar certo que interpreta claramente o sentir da sua bancada, que interpreta claramente o sentir até da bancada do referido deputado, pois considerou que este não soube interpretar correctamente esse mesmo sentir. De facto a visita do Presidente Jonas Savimbi, pelas suas implicações, por aquilo que representa em si mesmo, foi extraordinariamente importante para nós, como cidadãos Portugueses, na medida em que não só foi um adjuvante muito relevante para a clarificação do problema Angolano, mas também é um problema altamente relevante para nós próprios Portugueses, pois veio mais uma vez demonstrar através das declarações do próprio Presidente Savimbi, que a posição e intervenção de Portugal na resolução do problema Angolano é sobremaneira importante, sendo esta em suma a posição que em nome da sua bancada, disse não poder deixar de calar.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Custódio Ramos, para subscrever as palavras do Vogal José Luís Christo, no que se refere ao "cidadão do Mundo". Relativamente à intervenção do Vogal Nuno Tavares, disse não subscrever nada das palavras proferidas por aquele Vogal.

Tomando a palavra o Vogal Armando Vieira, referiu que logicamente o Vogal Custódio Ramos, não subscreve a anterior intervenção porque não faz parte da bancada do P.S.D..

Seguidamente usou da palavra o Presidente da Mesa, para aludir às dificuldades em se estipular um dia para as reuniões da Assembleia que reúna o consenso de todos os deputados. E isto porque há deputados que só comparecem às reuniões se estas se efectuarem de dia, por outro lado existem também aqueles que as preferem aos sábados; outros há ainda que não vem se as reuniões forem marcadas para uma sexta-feira, dado que coincide com o fim de semana. Enfim há de facto uma série de condicionan-


tes que têm que estar conjugadas para que se possa marcar um dia que obtenha o consenso geral dos deputados, nomeadamente disponibilidades do espaço para o efeito, disponibilidades por parte dos membros do Executivo, em estarem presentes, bem como disponibilidade da própria Mesa em estar presente. Em suma não é de facto fácil reunir todos estes pressupostos.

Relativamente ao facto de se ter convocado a reunião da Assembleia, só no mês de Fevereiro, esclareceu que é o próprio Regimento que impõe que assim seja. A segunda sessão no mês de Abril, e as restantes nos meses de Junho, Setembro, Novembro ou Dezembro. Por tal facto a marcação em Fevereiro está correcta, dado que não se justificava a marcação de uma reunião extraordinária. Em conclusão, referiu que se cumpriu o Regimento.

Seguidamente usou da palavra o Presidente da Câmara, que começou por referir que sendo esta a primeira intervenção da Câmara na nova Assembleia, naturalmente que em nome da Câmara Municipal e traduzindo o sentimento de todos os seus membros, saudou a Assembleia e desejou um bom mandato a todos os seus membros, salientando também que a Câmara tudo fará para que as relações institucionais entre a Câmara e a Assembleia Municipal, sejam frutíferas e tenham como objectivo só e exclusivamente o interesse de Aveiro. Prosseguindo referiu que a função desta Assembleia está definida por lei, trata-se de uma função de crítica à Câmara, de sugestões à Câmara, enfim de fiscalização da Câmara. A Câmara aceitará todas as competências da Assembleia neste âmbito, democraticamente, de cabeça levantada, de boa fé.

No que se refere à questão aqui levantada relativamente à matéria que vem à apreciação da Assembleia, disse compreender perfeitamente que se coloque o problema, pois pondo-se do lado de lá da barricada, reconhece ser difícil por vezes pronunciarem-se sobre matérias que não têm grande conhecimento. Prêvem-se mecanismos que permitam aos Senhores Deputados Municipais, ter um maior acesso à maior informação possível, sobre os assuntos que correm na Câmara e sobre as matérias agendadas para a Assembleia Municipal.

Passando de imediato a responder às questões que foram levantadas, considerou que não são muitas no que respeita à Câmara, algumas não têm nada que ver com a Câmara e

Alim
Day 15. 

como tal entende que não deve pronunciar-se sobre elas, e isto concretamente no que se refere à questão dos pontões metálicos sobre os Canais da Ria de Aveiro. No âmbito da questão suscitada pela publicação do Decreto-Lei 19/90 e que trata do licenciamento de obras, começou por considerar o referido decreto no mínimo estranho; no seu preâmbulo refere expressamente que foi ouvida a Associação Nacional de Municípios, o que disse ser claramente mentira, ou melhor foi de facto ouvida a Associação Nacional de Municípios, mas simplesmente o parecer emitido por esta Associação, foi exactamente ao contrário daquilo que saiu na lei. Considerou-a uma lei complexa, difícil, e que diz fundamentalmente isto: - não é possível prorrogar licenças, que as licenças caducam por várias razões, nomeadamente no decurso do prazo para o qual foram emitidas e uma vez decorrido esse prazo é necessário refazer todo o processo. Em resultado desta lei os cidadãos têm que pagar nova taxa, têm que se ouvir novamente as mesmas entidades que se pronunciaram sobre o processo e basta que tenha mudado uma entidade ou uma pessoa, num destes gabinetes que anteriormente se pronunciou favoravelmente, nada garante que o parecer novamente dado não tenha sinal contrário; o que a verificar-se poderá criar graves problemas aos cidadãos. A dado momento aventou-se a hipótese de que havia uma certa garantia de que esta lei seria suspensa ou que pelo menos seria alterada; não o foi nem uma coisa nem outra e isto está a criar algumas dificuldades à Câmara. A Associação Nacional de Municípios propôs que houvesse disposições transitórias para a aplicação desta lei, dado que existem uma série de dúvidas de interpretação, precisamente pela carência de disposições transitórias. Solicitou-se também alguns esclarecimentos a outras Câmaras Municipais, sobre a forma prática da aplicação do decreto, tendo todas revelado uma certa desorientação. Aguardando finalmente que esta lei venha a ter algumas alterações a curto prazo.

No que se refere às intervenções do Vogal Custódio Ramos, disse ter-se criado de facto um enorme espaço em frente ao Conservatório Gulbenkian, referindo-se concretamente a toda aquela área da baixa de Santo António, ajardinada. Referiu também que o facto de existir um Parque de Estacionamento, significa que tiraram-se dez metros ao referido espaço, mas acrescentou-se-lhe

cem mil, por tal facto considerou que as crianças nesse aspecto ficaram beneficiadas.

Relativamente à problemática gerada em torno da "Estátua de Santa Joana", disse que a Câmara foi colocada pura e simplesmente perante uma situação de facto consumado. Tratava-se do V^o Centenário da morte da Princesa Santa Joana, a Diocese solicitou à Câmara para que fosse erguido um pedestal onde pudesse ser colocada a referida estátua. Daí que a decisão de colocar a estátua, pertence única e exclusivamente à Diocese, pois foi esta que solicitou a colaboração da Câmara Municipal, que perante o facto deu toda a colaboração possível. No que se refere ao facto de não haver um parecer aprovado do I.P.P.C., disse que não é assim tão grave, pois o I.P.P.C. não teve dúvidas em dar o aval à demolição da "Jerónimo Campos"... , discute-se agora questões como as de saber se a estátua é muita alta ou muito baixa, se tem enquadramento, se não tem enquadramento etc., dando-se ao I.P.P.C. ao luxo de dizer que a estátua não tem qualidade. Considera este ponto de vista extremamente subjectivo, mais ainda, considera que o I.P.P.C., não tem autoridade alguma em Aveiro, na medida em que a perdeu ao dar o seu aval à demolição da "Fábrica Jerónimo Pereira Campos". É este o I.P.P.C., que temos? - interroga o Presidente da Câmara; e então comparando isto com a estátua de Santa Joana, perguntou, qual era o mais gravoso?... Deixando a matéria à reflexão da Assembleia.

Seguidamente usou da palavra o Vereador Victor Silva, que começou por saudar a Assembleia, referindo também que dará toda a sua colaboração em qualquer matéria que se relacione com o interesse de Aveiro.

Abordando seguidamente a problemática que se prende com a construção de um edifício no Largo da Apresentação, cujo alinhamento tem levantado um accerto polémica, referiu que se trata de um projecto aprovado pela Câmara Municipal, levantando-se agora algumas questões quanto à revogação do então aprovado. Tendo-se informado já, junto dos Técnicos Municipais que deram o parecer favorável aquela situação, que o edifício em causa divide duas praças - Praça 14 de Julho e Largo da Apresentação e insere-se num projecto que prevê o tratamento daquela zona como zona reservada a peões. De facto a maioria das pessoas que levanta o problema fá-lo em termos de trânsito citadino, esclarecendo no en-

Acção
Day 17.

tanto que tal zona num futuro próximo, será uma zona reservada a peões e como tal, não será assim tão grave o problema apontado. Reconhece que o problema é polémico, é discutível, e numa próxima reunião da Assembleia, terá possivelmente elementos mais concretos para poder responder às questões aqui levantadas no âmbito da implantação do referido edifício.

Usou seguidamente da palavra o Vereador Martinho de Sousa Pereira, para em seu nome pessoal e em nome da Câmara Municipal, saudar o Presidente da Assembleia e todos os seus deputados, mostrando-se também disponível para a resolução de problemas que se relacionem com o engrandecimento de Aveiro e do seu concelho.

Passando a abordar problemas de trânsito, informou que na última reunião de Câmara foi constituída a Comissão de Trânsito, foi definida a periodicidade com que a mesma há-de reunir, para se inteirar dos problemas ligados ao trânsito citadino. Considerou o problema dos parcometros um pequeno problema relativamente aos muitos existentes em Aveiro na área do trânsito, serão todos devidamente ponderados e espera solucioná-los a seu tempo.

Novamente no uso da palavra o Vogal Custódio Ramos, a propósito dos terrenos circundantes da "Gulbenkian", fez o seguinte comentário: -" considera o Snr. Presidente da Câmara que cerceou todo o espaço da Escola pública e que em troca deu uma grande espaço aos alunos, aos professores, aos funcionários. Eu, já receava que era esse o conceito de Escola aberta que o Snr. Presidente tinha, mas afinal confirmou. Snr. Presidente lá dentro daquele prédio funcionam três instituições e para se passar de um lado para o outro é preciso vir à Rua, passar pelo meio das viaturas. Todavia preocupa-me que as crianças tenham que passar pelo meio das viaturas, quando até aqui tinham um espaço próprio. Eu não quis falar na minha intervenção inicial em questões de ordem jurídica, como seja a doação que a "Gulbenkian" fez à Câmara de Aveiro. A Câmara de Aveiro recebeu de mão beijada aquele edifício com todo o espaço no valor de mais de meio milhão de contos e faz daquele espaço um estacionamento de automóveis para o Parque. Pergunto se o Parque já tem cerca de dois mil metros quadrados, referindo-me só à parte da Baixa de Santo António, se não era preferível roubar ao espaço que está em frente, do que roubar espaço ao edifício que é da Gulbenkian, aliás

eu ponho em dúvida que não esteja em causa o documento da doação, pois o mesmo referia ao funcionamento de uma Escola Pública de Música e outros fins semelhantes. Ora transformar o local num Parque Automóvel, sinceramente não vejo nada que seja de outros fins, de qualquer maneira o Snr. Presidente, disse, que a Assembleia concordou, tudo bem, por mim também não vai haver problemas".

Seguidamente usou da palavra o Vogal Vitor Mangeirão, que começou por referir que em termos de metodologia nem sempre podemos expressar exactamente se concordamos ou não, porque senão estaríamos aqui indefinidamente a exercer o direito de resposta. Prosseguindo, disse não pretender redescutir seja o que for, mas sim e apenas dar uma pequena achega a uma parte da intervenção do Snr. Presidente da Câmara e que diz respeito à sua intervenção anterior.

Relativamente ao I.P.P.C. - Instituto Português do Património Cultural, considera que a existência por vezes de organismos estatais que superintendem por cima da autonomia reivindicada pelo Poder Local às vezes até dá jeito - "isto é eles não autorizam uma coisa e a gente diz assim - pois os tipos não autorizam! - mas às vezes dá jeito é que eles autorizem; porque se autorizam mal, a gente diz que não temos culpa nenhuma, os tipos autrizaram!". Como tal entende que a verdadeira e criteriosa imposição do Poder Local, só se faz através de actos lúcidos, inteligentes e atempadamente tomados. Disse também não aceitar que numa cidade tão pequena como a de Aveiro, tão pobre de monumentos e deteriorada já por um tipo de construção, que estragou muito do que podia ser aproveitado, desta cidade. Acrescentando que uma cidade como Aveiro, não pode aceitar um único caso que seja, de alienação em termos displicentes, do ponto de vista estético, pois considera que qualquer pequeno caso, é um grande caso na cidade de Aveiro. Trata-se portanto de uma consciência profunda que aquele Vogal reivindica para a Câmara, bem como para a própria população e Imprensa Local. A terminar disse que não se deve minimizar nem maximizar as coisas, entende no entanto que o problema da Estátua de Santa Joana a seu ver foi mal tratado, dado que se o I.P.P.C., tinha que dar o parecer ou não, pois lá ficaria com o odioso do parecer mal dado; mas tinha que o dar, em termos de objectividade legal ou de legalismo objectivo. E se tivesse havido uma criteriosa apreciação prévia da estátua, talvez toda esta polémica não se tivesse gerado e aí a Câmara tem obviamente

Sherry Day 19 *Day*

que assumir a representação dos interesses Municipais e disse presumir que este aspecto tenha sido um pouco negligenciado.

Terminado o período de antes da ordem do dia, passou-se à apreciação da Ordem de Trabalhos.

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO Nº 1 - REGIMENTO

Usou da palavra o Presidente da Assembleia Municipal, para lembrar que este assunto é normalmente tratado por uma Comissão, e por um representante de cada bancada, que elabora um trabalho consensual, o qual posteriormente é submetido à apreciação da Assembleia, nos pontos onde não foi possível encontrar consenso.

Seguidamente informou, que a Mesa aceita qualquer proposta no sentido de se constituir essa Comissão de trabalho.

Usando novamente da palavra o Vogal Custódio Ramos, considerou que a Convocatória para a presente sessão, não está instruída de modo a permitir que os deputados Municipais, em consciência se debruçem sobre os temas versados nos pontos nºs 5, 8, 9 e 10 e como tal não podem pronunciar-se sobre os mesmos, resultando deste facto segundo este Vogal, que os membros da Assembleia, não se sentem convocados para esta reunião para discutir os pontos supracitados. Prossequindo e no que se refere ao ponto 5, não foi enviado atempadamente o documento relativo à proposta do Executivo, quanto à fixação de Vereadores a tempo permanente e bem assim do número de membros do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados e a respectiva compensação. Isto é o ponto 5, não estava de facto instruído, sendo que, hoje à última da hora, foram-lhe entregues duas deliberações de Câmara, a propôr qualquer coisa, que disse não saber bem do que se trata, dado que não teve oportunidade de fazer a sua leitura. Relativamente ao ponto 8, disse primar também pela ausência de qualquer documento a seu respeito. No que se refere ao ponto nº

Thiny
Day

9 - Quadro de Pessoal - Nova Estrutura Salarial - nº 6 do Artº 34º do Decreto-Lei nº 184/89, de 2 de Junho, induz-se os Senhores deputados em erro; pois quando se diz que este ponto vai ser tratado ao abrigo do Artº 34º do Dec. Lei nº 184/89, de 2 de Junho, esclareceu que o que está de facto em causa é o Decreto-Lei 353-A/89 de 16 de Outubro e não o referido decreto lei. Relativamente ao ponto dez, disse também não estar instruída a proposta. Em suma, considerou que o Regimento tem sido mal tratado e que a sua bancada será implacável no cumprimento desse Regimento, pois serão os primeiros a cumpri-lo e a exigir o seu cumprimento.

Finalmente, apresentou duas propostas: - a primeira em concordância com a do Presidente da Mesa - isto é, que seja constituída uma Comissão, integrando um membro de cada Partido Político e coordenada pela Mesa da Assembleia; a segunda proposta vai no sentido de que esta Assembleia, delibere não considerar agendados os pontos que referiu por falta de cumprimento do Regimento, dado que o mesmo manda que sejam distribuídos conjuntamente com a Convocatória os documentos necessários e suficientes para a apreciação das propostas e como tal entende que se deve considerar que os membros desta Assembleia não estão convocados para a discussão dos pontos já referidos, uma vez que não receberam qualquer tipo de documentação.

Novamente no uso da palavra o Vogal Vitor Mangerão, começou por referir que foram levantadas questões, que têm que ser assumidas por um lado, e enquadradas no contexto realista das coisas por outro. Comunga da posição assumida pelo Vogal Custódio Ramos, por uma razão - é que embora desconhecendo quais eram os costumes anteriores, bem como o à vontade com que a anterior Assembleia (sem o menor desrespeito pelos seus anteriores membros) levava as questões relacionadas com o Regimento, entende que agora e para que haja um verdadeiro espírito de colaboração, independentemente dos Partidos e das opiniões pessoais, deve assentar-se numa coisa - regras são regras - são para todos, se existem têm de ser cumpridas. Salientando que o princípio básico que deve informar estas reuniões é o da maior informação possível a fornecer aos membros que integram esta Assembleia. Pois não compreende que se venham pedir à Assembleia a ratificação de assuntos que possivelmente já foram

longamente debatidos, os quais, para esta Assembleia se exige que sejam decididos ao lado de mais vinte ou trinta assuntos hipoteticamente numa só sessão ou em duas reuniões na mesma sessão. A terminar reivindicou o fornecimento de informação tão plena quanto possível, dadas as dificuldades naturais do processo, ponto este que reputa de fundamental e que deve estar sempre presente no espírito da Câmara, e que é ao fim e ao cabo o fornecimento prévio do material informativo aos membros da Assembleia Municipal.

Referiu seguidamente, que independentemente da decisão que vier a ser tomada, relativamente às propostas do Vogal Custódio Ramos e em especial aquela que propõe considerar não agendados os pontos da Convocatória que enumerou; disse pensar que critérios de urgência e de funcionalidade da própria Câmara poderão exigir aos membros desta Assembleia, a boa vontade, a elegância e a condescendência hoje, para esquecermos a questão e isto porque ainda não está elaborado o Regimento para este mandato. Assim, entende que o Senhor Presidente da Câmara se deve pronunciar sobre quais os inconvenientes sérios que eventualmente resultarão para a Câmara no caso da proposta ser aprovada.

A finalizar propôs que ficasse definida já, a constituição da Comissão, para a elaboração do novo Regimento.

Seguiu-se uma breve troca de impressões à cerca da forma como constituir a referida Comissão, propondo o Vogal Vitor Mangerão, que no final desta reunião, cada grupo político, indique um elemento para juntamente com o Presidente da Assembleia, marcar reuniões de trabalho, extra Assembleia Municipal, obstando-se assim a que se perca mais tempo com a questão do Regimento da Assembleia.

Tomando a palavra o Presidente da Mesa, disse que após consulta aos restantes elementos que a compõem, esta não viu inconveniente na sugestão apresentada.

Usando da palavra o Vogal José Luís Christo, disse, haver um inconveniente nesta sugestão e isto porque considera que, quem tem de nomear a Comissão é a própria Assembleia Municipal, dado que o Artº 31º do actual Regimento, diz o seguinte: - " A Assembleia Municipal pode constituir Comissões ou grupos de trabalho, para qualquer finalidade que julgue conveniente. As propostas para a sua constituição podem ser apresentadas

pela Mesa ou por qualquer partido ou coligação". Esclarecendo que o que é normal nestes casos é a discussão da primeira proposta que é apresentada e se porventura esta não obtiver consenso, passa-se então à apreciação da segunda proposta. Acontece porém que no caso em apreço, afigura-se-lhe que as duas propostas até são coincidentes, no entanto têm que ser votadas e é destas propostas que sairá a constituição da referida Comissão.

Entretanto o Presidente da Mesa, suspendeu os trabalhos por cinco minutos, afim de que cada bancada partidária, possa trocar impressões, tendo em vista a indicação dos nomes que irão integrar a Comissão para a elaboração do novo Regimento.

Decorrido aquele lapso de tempo a lista apresentada ficou assim constituída:

Vogal José Luís Christo - Coordenador;

Vogal Vitor Mangerão;

Vogal Custódio Ramos.

Novamente no uso da palavra o Presidente da Mesa, referiu que relativamente à bancada do P.C.P./P.E.V., o seu representante é o Vogal Seiça Neves, que não está presente, e se porventura não vier aceitar fazer parte desta Comissão, deverá comunicar o facto e então proceder-se-á à escolha de outro elemento.

Submetida a referida lista à apreciação da Assembleia, obteve a mesma o apoio consensual, deste órgão.

PONTO Nº 2 - COMUNICAÇÃO DO PRESIDENTE
DA CÂMARA MUNICIPAL

No uso da palavra o Presidente da Câmara, começou por referir que no início deste mandato não irá fazer uma comunicação muito longa, pretendendo apenas trazer à Assembleia Municipal, as principais preocupações da Câmara neste momento. Salientando que de momento, importa encontrar um certo sentido de equipa. Procedeu-se já à distribuição dos pelouros, referindo que estes dois primeiros meses são naturalmente de adapta-

ção dos novos membros da Câmara e do entrosamento ou da ligação entre si. Referindo-se ao Plano de Actividades, que por imperativo legal foi aprovado na anterior Assembleia Municipal, disse entender que do seu ponto de vista não considera correcto tal imperativo legal, pois é de opinião que o Plano, deveria ter sido elaborado pela nova Câmara e aprovado por esta Assembleia Municipal. De momento está-se a tomar contacto com a orgânica da Câmara, do seu funcionamento e dos seus problemas fundamentais. Está-se também a fazer reuniões ordinárias e reuniões extraordinárias, com o objectivo de que os novos membros da Câmara se coloquem a par de toda a problemática inerente a uma Câmara Municipal.

Destacou seguidamente, como preocupação destes dois meses de actividade, uma preocupação financeira. Dado que começam a pesar bastante na balança de pagamentos, as obras que a Câmara tem em curso; nomeadamente as grandes obras, como sejam, o complexo Habitacional de Santiago, que começa já a ter alguma incidência financeira relativamente ao I.N.H.. Apontou também outras obras de grande significado, como sejam a Biblioteca Municipal, as Piscinas, os Centros Sociais, sendo portanto preocupação fundamental neste momento manter a liquidez de Tesouraria.

Referiu também um grande empenhamento por parte da Câmara, em dar forma à Associação dos Municípios da Ria. Disse tratar-se de um projecto que tem quatro ou cinco anos, que remonta ao 1º Congresso da Ria; considerou que não é isoladamente que os Municípios poderão resolver os problemas que afectam a Ria e que ^{se} prendem com o ordenamento do território, ordenamento industrial, tratamento dos efluentes, recolha de águas e sua distribuição etc., entende sim que serão os Municípios em conjunto a resolver este tipo de problemas. Por outro lado toda a filosofia dos Fundos Comunitários, neste momento, é de privilegiar empreendimentos que sejam integrados e não aquilo que seja isolado; significa isto, que as Câmaras que apresentarem um projecto aos vários Fundos Comunitários, seja P.E.D.I.P., seja FEDER, mas fundamentalmente este último, que seja isolado, corre o risco de não obter a sua aprovação; no entanto se forem projectos integrados por exemplo numa Associação, que tenham carácter subregional, é possível nesta altura captar verbas dos Fundos Comunitários e não só dos Fundos Comunitários, mas nomeada-

mente do Orçamento do Estado e do P.I.D.A.C.. Por tal facto a criação da Associação de Municípios da Ria, tem neste momento uma componente deveras importante, e que se traduz no facto de ser um instrumento ou suporte Jurídico de Fundos Comunitários. Prósseguindo, informou que a Comissão Instaladora é composta pela Câmara Municipal de Mira, Câmara Municipal de Aveiro e Câmara Municipal de Ovar; no mês de Março, proceder-se-á à nomeação da Assembleia Intermunicipal e do Conselho de Administração, após o que estarão reunidas as condições para o desenvolvimento dos objectivos que a Associação se propõe pôr em prática. A sua sede será instalada em Aveiro.

Referiu ainda preocupações de ordem geral, mas com incidência directa no Concelho de Aveiro, tais como a articulação com a J.A.E., numa série de soluções que têm que ser encontradas a curto prazo, impostas pela construção das novas vias, quer seja do I.P.5, quer seja da Variante à 235 e 335, que passou a I.C. (Itinerário Complementar) por força do valor global da adjudicação, neste momento envolve verbas que rondam o milhão e setecentos mil contos, o que levou a J.A.E., a rever a sua classificação, implicando um estatuto completamente diferente, levantando esta nova classificação, problemas sérios nomeadamente no empreendimento que a Câmara Municipal, neste momento procura dar forma, e que é a Zona Industrial de Mamodeiro, cuja ligação estava projectada à estrada de Oliveira do Bairro, e isto era possível enquanto aquela via não esteve classificada de I.C.. A nova classificação vai sem dúvida obrigar a uma reflexão sobre o problema e nomeadamente a encontrar-se outras soluções alternativas, cujos valores financeiros suscitarão questões sobre se é de avançar ou não com a Zona Industrial de Mamodeiro. Considerou o relacionamento com a J.A.E., de muito importante, cujos reflexos positivos ou negativos, incidirão na circular de Esgueira, onde há uma série de questões a resolver. Fez-se um acordo com a J.A.E., para a construção de um grande viaduto sobre a I.P.5, no montante de algumas centenas de milhares de contos, na sequência de difíceis negociações. Há também uma série de ligações que devem ser acauteladas, como sejam os acessos a Mataduchos, Póvoa do Paço e Paço; últimamente surgiu a possibilidade de se fazer também a ligação ao Plano das Agradas do Norte, por baixo da Ponte do Caminho de Ferro, visando eliminar a passagem de nível das Agradas do

Norte. É em suma um emaranhado de soluções e de vias, a que o I.P.5, obriga, e que neste momento preocupam o Executivo Municipal.

Seguidamente informou que existe um Plano, para a supressão de duas Passagens de Nível a Sul de Aveiro. As Passagens de Nível na Zona Urbana da cidade, foram eliminadas e caminha-se agora para Norte e para Sul, na supressão destes obstáculos, em articulação com a malha viária urbana. Deparam-se no entanto dificuldades na aquisição dos terrenos que são propriedade da C.P. as quais têm se tentado ultrapassar. Abordou seguidamente a problemática do estacionamento na Zona da Estação, da Passagem Inferior para peões, atravessando a via férrea, a qual se vinha negociando com a Administração da C.P., à cerca de três anos, a qual previa também a ligação ao Centro Coordenador de Transportes, que está praticamente concluído e que está somente aguardar precisamente este tipo de ligação, para fazer articulação do Transporte Rodoviário, com o Ferroviário. Referiu ainda o problema da Estação de Mercadorias, que levanta uma série de questões, informando que amanhã mesmo terá uma reunião com o Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de abordar estes problemas e estudar a melhor forma para a sua resolução e ao mesmo tempo analisar a atitude do Poder Central, perante este tipo de situações.

Abordou seguidamente as relações com o I.G.A.P.-H.E. e o I.N.H., organismos do Estado que considerou importantes, dado estar a desenvolver-se em Aveiro o maior empreendimento habitacional do País, houve inicialmente algumas dificuldades, mas que entretanto foram ultrapassadas.

Prosseguindo manifestou o desejo de que nesta primeira reunião da Assembleia Municipal, ficasse assente uma prática, se a Assembleia assim o entender, a qual na Assembleia anterior não foi possível pôr em prática, e que é a visita de todos os membros da Assembleia, ao concelho, a fim de tomarem contacto com os problemas e com os trabalhos em que a Câmara está empenhada; dado considerar que falar dos problemas teóricamente nesta Assembleia, sem um conhecimento prévio dos mesmos, torna-se por vezes difícil.

Na sequência das questões levantadas e que se prendem com a falta de documentação sobre matérias agendadas para a Assembleia, considerou que por vezes há de facto uma certa di-

King Day

ficuldade na distribuição dessa documentação e isto porque em determinadas situações há uma listagem das deliberações já tomadas e sobre as quais é possível fornecer material. Há porém outros assuntos que estão em vias de ser objecto de deliberação Camarária, e então põe-se a questão, entre aguardar três ou quatro meses para serem agendados, ou meterem-se logo na primeira agenda de trabalhos a submeter à Assembleia. Acontece que, enquanto a Assembleia discute os vários pontos, cria-se uma certa margem de tempo para entretanto serem deliberadas algumas matérias que tinham sido agendadas. Resulta assim deste mecanismo, por vezes não serem entregues logo na primeira convocatória, toda a documentação relativa aos pontos que a agenda refere.

Abordando seguidamente a carência de instalações com que os Serviços se debatem de uma forma geral e nomeadamente na Assembleia Municipal, disse prever-se dentro de um espaço de tempo não superior a dois três meses, ter possibilidades de criar um Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, onde será possível expôr todo o material relativo às Assembleias, podendo assim os Deputados Municipais, consultar todos os dossiers, que se prendem com a Assembleia, obstando-se assim à falta de informação de que se queixam.

Relativamente ao Plano de Actividades, informou que estão neste momento em execução uma série de trabalhos, nomeadamente ao nível de pré-primárias, nos lugares de Póvoa do Paço e Eirol; a nível da Cultura a obra mais significativa é a construção da nova Biblioteca Municipal. No que se refere às instalações desportivas, neste momento a Câmara está envolvida no complexo das Piscinas, as quais têm dado alguns problemas que se prendem com verbas do PIDAC. Prevê-se que a Piscina de 50 metros, entrará já em funcionamento ainda este Verão. Relativamente à Piscina de 25 metros, o seu funcionamento está previsto para Setembro/Outubro. Encontra-se também já em fase de acabamento, quatro complexos de Piscinas, os quais se inserem dentro daquela política de dotar o concelho com equipamento deste género. Assim está em fase de execução a Piscina do Carocho, na Freguesia de Aradas, a Piscina de Oliveirinha, de Cacia e em fase já bastante adiantada a Piscina de S. Jacinto. Ainda no âmbito dos

Thy
Da 27.

complexos desportivos, referiu a adjudicação do Pavilhão Desportivo de S. Bernardo, estando a adjudicação para ser homologada na DGOT. No que se refere aos Centros Sociais, têm sido de facto uma área de actuação da Câmara extremamente privilegiada. Neste momento, encontra-se em fase de conclusão o Centro Social da Freguesia de Nã Srã de Fátima; está em construção o Centro Social de Verba, concluiu-se a primeira fase do complexo de Aradas; está em execução o Centro Social de S. Jacinto; está em fase de conclusão o de Cacia. Estes Centros Sociais, pretendem englobar: Posto Médico, Centro de Cultura, Sede das Associações Culturais, Sede da Junta de Freguesia, onde não exista, Cacia é um exemplo disso, o Centro Paroquial de Requeixo; estando a Câmara também a apoiar o da Costa do Valado, informando ainda que o Centro Social de Eixo, teve já o seu início. Disse também estar em fase de conclusão o Centro de Acolhimento para Jovens, em Esgueira, o qual resulta da colaboração com o Ministério da Justiça, criando-se assim condições para que em Aveiro, seja instalado um Tribunal de Menores. Este Centro de Acolhimento de Jovens é para Jovens que tenham problemas com o Tribunal, problemas que se prendam com a regulamentação da paternidade, crianças abandonadas pelos pais, que eventualmente não tenham local onde possam ser recolhidas.

Fez seguidamente alusão à Junta de Freguesia de S. Bernardo, cujo edifício englobará, a Sede da Junta de Freguesia e Sede do Agrupamento Musical Santa Cecília e Posto Médico de S. Bernardo. No plano habitacional, encontra-se em fase de conclusão o complexo de Santiago, bem como o do Caião. Procedeu-se também à abertura de propostas para a construção de catorze fogos na Freguesia de S. Jacinto, vinte na Freguesia de Eixo, seis em Eirol, dez em Taboeira e dez em Mataduços. Esta habitação social nas aldeias, visa atingir algumas situações de alguns agregados familiares que oferecem resistência à transferência para a cidade, as quais não têm portanto hábitos urbanos e que pretendem continuar nestas localidades. Este plano visa concretamente abranger todas as Freguesias do concelho, que terão portanto o seu complexo de habitação social.

Fazendo seguidamente uma abordagem no que se refere ao Planeamento Urbanístico, disse tratar-se de uma ma-

Flávio
Da 28.

téria difícil e uma das grandes preocupações da Câmara, preven-
do-se que para o mês de Abril, venha a esta Assembleia o estudo
prévio do Plano Director Municipal.

Comentou seguidamente a fraca capacidade de
resposta às solicitações de zonas disponíveis para a instalação
de indústrias, nomeadamente para a reinstalação da "Luzostela",
pois considera-se de todo o interesse que esta fábrica seja trans-
ferida da cidade para outro local, estando-se a desenvolver esfor-
ços no sentido de encontrar um local disponível dentro do concelho
de Aveiro, para o efeito.

A terminar renovou a ideia de que seria extre-
mamente interessante, mesmo que, sacrificando um sábado ou outro,
os membros desta Assembleia, visitassem o concelho e pudessem cons-
tatar "in loco", todos os problemas que a circular de Esgueira
vai trazer e as soluções que a Câmara Municipal está a tentar en-
contrar, e nomeadamente das soluções alternativas que podem sur-
gir dos Senhores Deputados Municipais, indo ao local, tomando
contacto com as realidades.

Usou seguidamente da palavra o Vereador Vitor
Silva, que começou por referir as dificuldades com que se debatem
os Serviços Municipalizados, no que respeita a instalações. Infor-
mou que está previsto transferir os Transportes Colectivos, para
o Centro Coordenador de Transportes, dado que este empreendimento
está em vias de conclusão. Existe também um projecto que prevê a
instalação da parte de armazéns num terreno situado junto ao depó-
sito de água de Cacia, tendo sido adquirido também o antigo edifí-
cio do "Clube de Aveiro", para instalação da parte técnica-adminis-
trativa dos Serviços Municipalizados. Isto implicará naturalmente
a venda em hasta pública dos terrenos onde hoje estão instalados
os Serviços Municipalizados, para fazer face às despesas que se
vão contrair com as obras a levar a efeito e que visam de alguma
forma dar funcionalidade aos Serviços.

No que se refere à política de abastecimen-
to de água, referiu que de alguns anos a esta parte tem sido a de
dotar o concelho com água potável, prosseguindo este objectivo pre-
sentemente. Para dar uma ideia da dimensão deste projecto, infor-
mou que se encontra espalhada pelo concelho, tubagem numa exten-
são de trezentos e cinquenta Kilómetros.

Em termos de saneamento básico, informou
que teve já início a substituição das Estações Elevatórias de ar

comprimido, nomeadamente a que fica situada junto à Ponte Praça, faltando substituir as que se situam na Praça do Peixe, Rua das Tricanas, Rua António Lé e Canal de S. Roque, estando no entanto algumas delas já adjudicadas.

Relativamente à Estação de Tratamento de efluentes, foi adjudicada já a primeira fase. Encontram-se também entubados neste momento, setenta e cinco Kilómetros de saneamento e mil setecentos e oitenta caixas de visita, o que traduz bem em termos de manutenção, um elevado número de mão de obra. Em termos de transportes, está-se a desenvolver esforços no sentido de melhorar a rede de transportes, tendo sido adquiridos três autocarros, cuja entrega processar-se-á nos meses de Março/Abril/Junho.

Tomando a palavra o Presidente da Câmara, referiu-se ao Complexo Hídrico do Carvoeiro, que considerou ser um dos grandes empreendimentos em que a Câmara está empenhada em Associação de Municípios, concretamente Associação de Municípios do Carvoeiro, para a concretização do projecto do Carvoeiro, e que visa a captação de água à superfície, seu transporte até Albergaria-a-Velha, onde se situa o sistema de armazenagem e redistribuição depois pelos Municípios associados; o prazo de conclusão deste empreendimento é de três anos e tem o apoio dos Fundos Comunitários.

Referindo-se seguidamente aos Fundos Comunitários, salientou que tem sido uma das grandes preocupações do Executivo Camarário, a captação de Fundos Comunitários, nomeadamente PEDIP e FEDER, e isto para fazer face a trabalhos de captação de águas, enquanto o complexo do Carvoeiro não entra em funcionamento.

Seguiu-se um período de pedidos de esclarecimentos, no qual usou da palavra o Vogal Armando Vieira, referindo que aquando da aprovação do Plano de Actividades para o ano em curso e que a lei impunha que fosse aprovado pela anterior Assembleia, tendo de facto assim acontecido, e na última reunião da sessão da Assembleia Municipal, que cessou funções, o Executivo prometeu que o Plano de Actividades seria objecto de revisão. Salientando que, neste momento os Presidentes de Junta,

aguardam com expectativa que sejam chamados como habitualmente para trocarem impressões sobre o Plano de Actividades, facto que, até ao momento não se verificou, não tendo também conhecimento de que o mesmo tenha sido objecto de qualquer revisão.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Ferreira da Silva, que considerou haver por um lado um grande volume de obras lançadas, por outro manifestou um certo receio de que algumas se venham repetindo ano após ano nos Planos de Actividades e de se fazer a sua referência sistemática nesta Assembleia. Prossequindo, referiu também não entender a dificuldade crónica com que a Câmara inicia sempre os mandatos - isto é, sempre com preocupações de carácter financeiro.

Abordando seguidamente a problemática relacionada com as Zonas Industriais, considerou que Aveiro, cada vez mais virada para o Ensino, pela via profissionalizante, deve ter o apoio da Câmara Municipal, no que se refere ao desenvolvimento de esforços no sentido de gerar zonas com implantação de indústrias, que possam absorver amanhã, a mão de obra especializada saída desses estabelecimentos de Ensino. No âmbito do trânsito citadino, chamou atenção para o difícil escoamento de trânsito que se faz sentir na época estival, no entroncamento da E.N.109, e a Estrada da Barra, chegando-se a formar filas compactas de trânsito na extensão de vários Kilómetros.

A terminar alertou para a necessidade de se efectuarem limpezas periódicas nos autocarros dos S.Municipalizados, pois tem tido a oportunidade de constatar que estes logo pela manhã se apresentam sujos, o que dá sem dúvida em termos de imagem de serviço público, uma má imagem.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Custódio Ramos, para salientar que durante a discussão de alguns temas abordados nesta reunião, por vezes, algumas pessoas e ele próprio colocaram um certo calor na discussão dos mesmos. De facto esta Assembleia tem um espectro político bastante diferente do anterior e que importa ter presente, quer no comportamento, quer no diálogo entre todos. Porém, referiu que da parte da sua bancada e dele pessoalmente, nunca procurará entravar qualquer processo e muito menos dificultar a acção da Câmara de Aveiro; não se trata disso, mas sim de clarificar questões que nesta primeira Assembleia reputa de essenciais, tais como, uma outra forma de

Thim
Das
31

relacionamento entre o Executivo e a Assembleia Municipal, instalações a que têm direito, designadamente ao nível da Mesa da Assembleia, pois pela experiência pessoal que lhe advém destas andanças Municipais, disse saber que o actual Presidente da Assembleia, tem lutado de há muito a esta parte, por instalações condignas para a Mesa da Assembleia. No entanto acrescentou, que nunca o conseguiu condignamente. Hoje porém o Snr. Presidente da Câmara, anuncia que finalmente a Assembleia, terá essas instalações, considerando que é de registar esta promessa, pois como é óbvio espera-se efectivamente que a Mesa da Assembleia, passe a ter Gabinete para trabalhar, dado entender que a Mesa é um órgão permanente, o qual tem que funcionar nos intervalos das sessões da Assembleia. A finalizar, apelou para uma mudança qualitativa no relacionamento Assembleia Municipal/Executivo Camarário, nomeadamente que se refere ao acesso à informação atempada, para que efectivamente, tanto a Câmara Municipal, como Assembleia, saiam prestigiadas na abordagem dos problemas que interessam em última análise ao concelho de Aveiro.

Novamente no uso da palavra o Vogal Cruz Tavares, começou por classificar a intervenção do Presidente da Câmara, como que um "recital quase anestésiante", solicitando a atenção dos membros da Assembleia para distinguirem "com clareza, com calma, com toda a lucidez, a mistura que é feita entre o que está feito, entre o que está a fazer-se, entre o que se pretende fazer, entre o que se queria fazer, entre o que se projecta e ansiava fazer; tudo isto é dito de enchurrada, de uma forma anestésiante. Nós temos que ter respeito pela inteligência uns dos outros. Falou o Snr. Presidente em problemas financeiros, os Senhores sabem que os problemas financeiros das Câmaras existem, mas é lamentável que não sejam previstos. Existe um Planeamento Financeiro, tem que existir... existe um Plano de Obras, tem que haver um Planeamento Financeiro. Como é que se explica que ciclicamente ou às vezes sem ser ciclicamente, mas de uma maneira inopinada, apareçam situações de buracos financeiros? Os senhores sabem toda a cidade sabe, que a Câmara por vezes não tem crédito no comércio local! é uma situação absolutamente desprestigiante! Todos nós sabemos não é só a oposição que sabe, os senhores deputados que apoiam o Executivo, sabem disso. Isto não é admissível numa Câmara que preze a sua imagem e que preze a imagem da cidade que representa; é possível evitar esta situação, porque existem economistas, existem directores financeiros, e a Câmara ainda não

teve a preocupação de preencher essa lacuna; talvez não existam economistas financeiros em Aveiro, concordo, na opinião do Snr. Presidente da Câmara, mas talvez noutros sítios se encontrem economistas competentes.

Falou também o Snr. Presidente nos Serviços de Apoio à Assembleia, "eu devo dizer que já ouço falar nisto há sete ou oito anos. Oxalá, que desta vez realmente existam condições para que os senhores deputados se identifiquem e estudem devidamente as agendas que depois virão a ser discutidas nas sessões desta Assembleia".

No que se refere à intervenção do Vereador Victor Silva, começou por agradecer as informações dadas, disse saber do peso pessoal e político que este Vereador tem neste Executivo, fazendo um apelo pessoal para que tente aumentar esse peso no Executivo, uma vez que uma das áreas que tem a seu cargo - Saneamento - é sem dúvida uma das áreas mais críticas do concelho de Aveiro. O Executivo teve a franqueza de reconhecer que em matéria de Saneamento, apenas ampliou uma Estação de Tratamento, pré-existente, e que apesar dos setenta e cinco quilómetros de tubos de Saneamento, existentes no concelho, ainda hoje, alguns desses tubos novos e recém colocados, esgotam para a Ria. Considerou ser defacto um trabalho que não se vê, que teve uma evolução praticamente inexistente nos últimos doze, treze anos, apelando para que o Vereador Victor Silva, com as suas excepcionais qualidades de trabalho, consiga dentro do possível aumentar a sua influência dentro do Executivo, para que estes problemas tenham uma solução mais acelerada.

Usando seguidamente da palavra o Vogal Victor Mangerão, considerou que por um lado não se podem estar a queixar da falta de documentação e por outro lado queixarem-se também de tão exaustiva explanação por parte do Executivo Municipal, caso contrário correr-se-ia o risco de entrar-se em contradição. No entanto disse tratar-se de um daqueles casos dialécticos, com uma certa piada, e isto porque considera que a contradição aqui é que é a verdade, e que o tipo de documentação fornecida também não documenta nada, pois são tantas as matérias abordadas que acaba-se por não poder retê-las. Prosseguindo, disse compreender a boa vontade do Presidente da Câmara e até o assumir de uma responsabilidade perante esta Assembleia - pois se esta comunicação não tivesse sido feita, provavelmente seria alvo de críticas por

Thiny
Dey 33.

não a ter feito. É de facto uma posição difícil, referiu. No entanto e relativamente a essa comunicação, lamentou terem sido omitidos alguns aspectos, que em seu entender julgaria prioritários na perspectiva da Câmara e sobretudo no início do mandato e sobretudo ainda na sequência de outros mandatos, nomeadamente a preservação do património municipal, aspecto sempre em foco e que do seu ponto de vista considerou nunca ter sido tratado convenientemente, dado que como Aveirense preocupa-o enormemente os problemas de Aveiro e é com pesar que vem assistindo à delapidação da zona da Beira-Mar, pois considera que não tem havido um planeamento feito com pés e cabeça e com perspectivas de futuro em termos globais.

Abordando seguidamente a problemática relacionada com o Plano Director Municipal, disse pensar que em determinado momento esta Assembleia vai ter que assumir a discussão muito séria desse Plano Director e da sua consequente aprovação. A Câmara Municipal, fornecerá os elementos para a sua apreciação, mas sobre quem impende a responsabilidade da sua aprovação para o futuro é de facto à Assembleia Municipal. Considerou ainda o Plano Director um instrumento decisivo, e o "timing" para a sua aprovação foi imposto pelo Ministério do Ordenamento e Planeamento do Território, em termos imperativos e cuja execução é obrigatória. A finalizar sugeriu que algumas medidas que eventualmente estejam postas em prática, tais como a Zona Industrial de Mamodeiro etc., possam ser discutidas em termos de Plano Director. Disse também desconhecer se existe estudo à cerca do impacto ambiental sobre aquela zona, dado que a instalação das várias indústrias se fará repercutir naquele ecossistema. Mesmo partindo-se da hipótese de que a referida Zona Industrial, na estará destinada à instalação de indústrias não poluentes, entende que a mesma deve ser enquadrada já nos ante-projectos do Plano Director, tendo em vista o acautelar do problema.

Referiu ainda que no âmbito daquela filosofia que tem orientado a transferência de unidades industriais para a periferia da cidade, seria de todo o interesse suscitar o problema, relativamente às instalações da "Fábrica Aveirense de Moagens".

Novamente no uso da palavra e no âmbito das questões que foram levantadas, o Presidente da Câmara, referindo-se à questão relativa à Revisão do Plano de Actividades, esclareceu, que não esteve presente, aquando da apreciação e discus-

Alvim
Darcy

são do Plano, pois encontrava-se com o mandato suspenso, por força da campanha eleitoral para as Autárquicas. Disse também que o problema ainda não foi levantado na Câmara, no entanto admitiu que esse facto possa vir acontecer, e então será oportuna e devidamente encarado. No que se refere aos contactos com os Presidentes de Junta, disse que dentro em breve os mesmos terão lugar; informou ainda que foram distribuídas autorizações de pagamento dos dois primeiros duodécimos às Juntas de Freguesia. Relativamente ao facto da Câmara Municipal, iniciar os seus mandatos com dificuldades financeiras, considerou isso um facto natural, dado que o grande afluxo de receitas, verifica-se nos meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro e Outubro. A baixa das receitas tem o seu início em Novembro, Dezembro, Janeiro e Fevereiro, são estes portanto os pontos mais baixos das receitas Camarárias. É evidente também que as obras que transitaram para o ano em curso, pesam também no orçamento, e neste momento está-se de facto atravessar um período baixo. Referiu também que tiveram alguns reflexos o aumento dos encargos com despesas correntes, tais como encargos com a Previdência, Montepio, Caixa Nacional de Pensões etc.; de modo que todos os anos isto acontece e não pontualmente na mudança de mandato. A Câmara financeiramente tem algumas dificuldades do ponto de vista de Tesouraria, do ponto de vista económico, a Câmara está bem, é das poucas Câmaras do País que não tem empréstimos directos à banca, tem empréstimos para Habitação, do I.N.H.. Em suma a situação económica da Câmara é boa. Relativamente à situação financeira prevê-se a sua regularização nos meses de Abril/Maio. No que se refere ao crédito ou não crédito da Câmara, disse não responder a este tipo de questões, no entanto adiantou que a Câmara não sente qualquer dificuldade, em relação aos fornecedores. Há efectivamente alguns atrasos de pagamento, que a Câmara, tem que os assumir, mas o facto é que a Câmara continua a ter crédito e não sente dificuldade alguma em adquirir seja o que for. Acresce que, havia muita gente a querer vender à Câmara, e houve na realidade, que fazer restrição aos fornecimentos.

No que se refere aos arranjos exteriores de Santiago, são da responsabilidade da Câmara, a construção do sistema de rega, ajardinamento e plantação de árvores.

No âmbito das zonas Industriais, considerou que foram de facto levantadas questões importantes, nomeadamente quanto à Zona Industrial de Mamodeiro, referiu também ter sido acusado de estar contra a criação deste polo industrial, na medida em que levantou uma série de objecções que se prendem com esta instalação, tendo manifestado receios de que venha efectivamente a influenciar um pouco negativamente a Pateira de Fermentelos. É evidente que o que se vai instalar neste momento é uma indústria limpa, no entanto não se pode garantir que daqui a uns anos, aconteça uma reconversão e indústrias que à partida eram limpas, passem a produzir outro tipo de produtos, com efluentes que possam vir afectar do ponto de vista ecológico toda aquela zona da Pateira. Considera que é de facto um problema real, que tem que ser encarado. A zona é boa do ponto de vista das ligações rodoviárias, no entanto é melindrosa do ponto de vista ambiental. Relativamente às preocupações no âmbito do P.D.M., informou que se está numa fase em que todos os empreendimentos de vulto vão ao P.D.M., a cujo parecer prévio são submetidos, precisamente para preparar a sua inclusão neste instrumento importante.

No âmbito das Escolas C+S, informou que há um acordo celebrado com a Direcção Geral do Equipamento Escolar, para a construção de três novas Escolas, no concelho - duas a Direcção Escolar, aponta o seu início para 91; está-se entretanto a tentar incluir uma terceira Escola, em substituição da Escola Homem Christo; aproveitou para destacar que fica já aqui para debate e reflexão, embora de uma forma muito precoce, a ideia da Câmara Municipal, vir a instalar-se na referida Escola, dado considerar que esta não tem condições do ponto de vista Escolar, mas que para a Câmara, resolveria o problema da falta de instalações, após obras de adaptação; tendo estabelecido a Câmara, contactos com a Direcção do Equipamento Escolar, com vista à construção de um estabelecimento de Ensino, moderno, a Norte da cidade, com um espaço desportivo envolvente.

Relativamente à zona urbana da Beira Mar, reconheceu que há uma certa anarquia, entende que há muito a fazer, tendo sido já criado um Gabinete de Recuperação Urbana, para aquela área.

No que se refere ao P.D.M., esclareceu que

que a Câmara Municipal de Aveiro, iniciou a elaboração do seu P.D.M., muito antes de saírem as orientações do governo a fixar a obrigatoriedade das Câmaras para a sua execução.

Finalmente e dentro daquela política de criar condições às empresas para a sua transferência do centro da cidade para a periferia, salientou que a Câmara não quer de modo nenhum substituir-se aos empresários nesse aspecto, acontecendo por vezes depararem-se situações gravosas como a da "Fábrica de Moagem", em que a Câmara pôs à disposição da empresa um terreno que adquiriu para o efeito, no lugar da Póvoa do Valado, junto à linha do Caminho de Ferro, porém a empresa nunca se movimentou no sentido de concretizar a transferência da unidade industrial para aquela zona. Prosseguindo e relativamente à autorização para a construção dos Silos, dentro da cidade, referiu o seguinte: - a dada altura a empresa coloca à Câmara este problema: "vem aí a C.E.E., vem aí a concorrência; ou nós dão autorização para construir dois Silos, ou falimos". A Câmara perante este dilema, sugere mais uma vez a mudança, uma vez que foi disponibilizada aquela área de terreno para a empresa se instalar, no entanto esta alega dificuldades de carácter financeiro. E depara-se esta situação à Câmara, ou autoriza a construção dos dois Silos, ou empresa vai à falência. Salientou que isto foi dito pela administração da empresa. A Câmara perante este quadro e com muita relutância autorizou a construção dos referidos silos no local onde hoje estão instalados. Referiu que esta situação é praticamente idêntica à da empresa "Bóia & Irmão", que confrontada com problemas de transferência de local, alegou também dificuldades de ordem financeira, dado não terem fundos nem apoios Comunitários, solicitou também autorização para ampliar as instalações com vista a uma maior competitividade no sector.

Novamente no uso da palavra o Vereador Victor Silva, disse, no âmbito da questão dos esgotos canalizados para a Ria, que essa situação hoje já não se verifica, admite no entanto, que eventualmente possa haver um ou outro caso clandestino, sem que a Câmara tenha conhecimento. Salientou porém, que a Câmara está atenta a estas situações e a comprová-lo, está o facto de ter promovido já a aquisição do terreno e o projecto para a construção da Estação de Tratamento, situada em Cacia; consequentemente o problema do esgoto para a Ria, será pois uma situa-

ção transitória.

No âmbito ainda dos problemas de Saneamento, referiu várias obras neste capítulo efectuadas pela Câmara Municipal, tais como: Saneamento de Cacia; Saneamento, no lugar de Vilar; determinadas zonas dos lugares de Verdemilho e Bonsucesso. Considerou que há de facto um alargamento da Rede de Saneamento, embora não tão rápido, quanto seria desejável, dado as elevadas verbas que os mesmos envolvem, bem como o sua morosidade.

Neste momento saiu da Sala o Vogal José Carlos da Silva Neves.

Seguidamente passou-se à apreciação do ponto nº3:

PONTO Nº 3 - ELEIÇÃO DE ENTRE OS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA, PARA REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NA ASSEMBLEIA DISTRICTAL.

Por proposta do Presidente da Mesa, foram os trabalhos interrompidos por um período de cinco minutos, a fim de que, os elementos de cada bancada trocassem impressões sobre o assunto.

Retomados os trabalhos, foram designados para escrutinadores os Vogais Joaquim Luís Mendes Gomes e João Ferreira dos Santos.

Efectuada a chamada, procedeu-se à votação, tendo-se verificado o seguinte resultado: - VOTOS ENTRADOS - Trinta e quatro; VOTOS BRANCOS : - dois.

JOÃO TAVARES DUARTE (Presidente da Junta de Freguesia de Esgueira) - onze votos;

JOSE MENDES MACEDO LOUREIRO (Presidente da Junta de Freguesia da Vera-Cruz) - quinze votos;

LIBÉRIO DA SILVA SANTOS (Presidente da Junta de Freguesia de S. Jacinto) - seis votos.

Assim, face ao resultado acima referido, foi eleito para representante deste Órgão, na Assembleia Distrital

Mirya
Day 38.
CS

o Vogal JOSÉ MENDES MACEDO LOUREIRO, Presidente da Junta de Freguesia de Vera-Cruz.

PONTO Nº 4 - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA E SUPLENTE, PARA A REPRESENTAÇÃO NA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS.

Usando-se a mesma metodologia da votação anterior, e após o escrutínio, obteve-se o seguinte resultado:

Eleição do Presidente da Junta de Freguesia, para representante da Assembleia Municipal de Aveiro, na Associação Nacional de Municípios.

VOTOS ENTRADOS - 34

VOTOS BRANCOS - 1

- FERNANDO TAVARES MARQUES - 15 Votos;
- ARMANDO MANUEL DINIS VIEIRA - 12 Votos;
- LIBÉRIO DA SILVA SANTOS - 6 Votos.

Eleição do Presidente da Junta de Freguesia, para representante substituto da Assembleia Municipal de Aveiro, na Associação Nacional de Municípios.

VOTOS ENTRADOS - 34

VOTOS BRANCOS - 6

- ÉLIO MANUEL DELGADO DA MAIA - 14 Votos;
- VICTOR MANUEL DA SILVA MARTINS - 12 Votos;
- ARMANDO MANUEL DINIS VIEIRA - 1 Voto;
- LIBÉRIO DA SILVA SANTOS - 1 Voto.

Face aos resultados, foi eleito como representante, o Vogal FERNANDO TAVARES MARQUES, e como seu substituto o Vogal ÉLIO MANUEL DELGADO DA MAIA.

Seguidamente o Presidente da Mesa, comunicou que o Vogal Celso de Sousa Figueiredo Gomes, pediu a suspensão do mandato por um período de sessenta dias, a contar do dia vinte do mês em curso, processando-se a sua substituição de acordo com o Artº 7º do Regimento da Assembleia.

Dado o adiantado da hora, o Presidente deu por encerrada a presente reunião.

Eram 00,01 Hora do dia treze.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Acta, que no que for omissa, melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos legais.

Traccicini

Opinto Ravara
José